

**SEREJO BRAUNA**  
ADVOCADOS ASSOCIADOS

Entende-se por tipicidade, a adequação da norma a um caso concreto. Porém, a tipicidade penal só pode ser determinada ao se ligar conjuntamente a tipicidade formal com a material (tipicidade conglobante).

37

Mesmo admitindo-se, por amor ao debate, que [REDACTED] tenha ameaçado a vítima, em uma análise, mesmo que perfunctória dos autos, não somente se verifica que a ação do agente não é antinormativa (atípica em sentido formal) como também não houve ofensa a qualquer bem jurídico tutelado (tipicidade material). Ou seja, a conduta de [REDACTED] não se enquadra no delito tipificado no artigo 147<sup>21</sup>, do Código Penal.

Em juízo a vítima prestou declarações afirmando que durante a confusão o réu a ameaçou, pelo período de 02 (duas) horas, de esartej-la e colocar seu corpo em uma mala porque o réu teria visto a vítima sangrando e cheia de marcas.

Ora, o elemento subjetivo do tipo penal incriminador atribuído ao acusado é o dolo, consistente na vontade livre e consciente do autor do delito (dolo específico) de praticar a intimidação contra pretensa vítima.

Para que reste caracterizada a prática de qualquer crime, é imperioso que o elemento constante do fato típico, assim como a conduta dolosa, esteja em perfeita consonância com o resultado e o nexo causal entre a dita conduta e o evento.

É a correspondência entre o fato praticado pelo agente e a descrição de cada espécie de infração contida na lei penal incriminadora. Consiste, assim, no ajuste perfeito do fato com o tipo, ou seja, na exata correspondência

<sup>21</sup> Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:  
Pena - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.  
Parágrafo único. Somente se procede mediante representação.